



CONFERÊNCIA EUROPEIA SOBRE DESAPARECIMENTO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS

A União Europeia tem vindo a confrontar-se com o grave problema das crianças desaparecidas e sexualmente exploradas, tendo definido como uma prioridade a luta contra este fenómeno.

Medidas várias têm vindo a ser tomadas há já alguns anos e, recentemente, destaca-se a Resolução 2001/C 283/01 do Conselho Europeu (09.10.2001). Esta sublinha a importância da contribuição da sociedade civil na busca de crianças desaparecidas e sexualmente exploradas e também na prevenção e luta contra esta situação.

Entre as diversas sugestões apresentadas por esta Resolução, conta-se a previsão de normas adequadas em conformidade com as legislações de cada país, em matéria de investigação e acção penal e o intercâmbio de informação entre os organismos criados pela sociedade civil e as autoridades competentes. Sugere, também, a Resolução a realização de um estudo sobre o fenómeno, bem como sobre a existência, o papel e a estrutura dos organismos criados pela sociedade civil nos Estados-membros com intervenção nesta área, bem como as formas da sua intervenção e cooperação com as autoridades competentes.

Seguindo esta directiva, a Federação Europeia para as Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexu-



TERESA CAIIRO, MOTA AMARAL, JORGE SAMPAIO, CELESTE CARDONA
E MANUELA EANES

almente (European Federation for Missing and Sexually Exploited Children) coordenada pela Child Focus (European Centre for Missing and Sexually Exploited Children) candidatou-se ao Programa Daphne 2002-2003 e daí decorre o estudo que pretende a constituição de um Directório Internacional de Organizações a trabalhar na área do desaparecimento e exploração sexual de crianças/jovens.

Em Portugal, é o IAC (única instituição portuguesa a pertencer à Federação) que lidera a coordenação do estudo, sob a assessoria de duas peritas, uma na área judicial e outra na área académica, tendo sido o anfitrião de uma Conferência Europeia realizada no passado dia 9 de Outubro, cujo principal objectivo foi, não só fazer um balanço do trabalho realizado pelos 19 países intervenientes, mas sensibilizar e motivar as diversas instituições para a necessidade de uma intervenção concertada e for-

necer uma perspectiva do envolvimento e da cooperação das ONG com as autoridades oficiais.

Neste contexto, nos dias 10 e 11 de Outubro estiveram no nosso país cerca de 60 representantes das ONG dos vários países que colaboraram na investigação, para divulgação da análise do estudo efectuado a nível nacional e europeu. A apresentação do relatório final está prevista para

Dezembro de 2003, em Bruxelas.

ALEXANDRA SIMÕES
ANA FILIPE LÚCIO
ANA MARIA RUFINO
JOSÉ ANTÓNIO COELHO ANTUNES
JOSÉ BRITO SOARES
MANUEL COUTINHO
MARIA JOÃO PENA
MATILDE SIRGADO
PAULA PAÇO

QUE O SÉCULO XXI SEJA

"Muito do que precisamos pode esperar
A Criança, não.
Não se lhe pode dizer amanhã
Porque o seu nome é HOJE!"

Foi citando o belíssimo poema de Gabriela Mistral, que a presidente do Instituto de Apoio à Criança, Manuela Eanes, abriu a Conferência Europeia sobre Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças, no âmbito do grande objectivo de concertar esforços e sensibilizar a opinião pública para a terrível e dolorosa situação das Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente, incentivando o desenvolvimento de iniciativas para melhorar a situação das vítimas, al-terar mentalidades, comportamentos e molduras legais e penais, centralizando a informação e a documentação numa base de dados que está a ser construída.

A presidente do IAC salientou ainda que todos somos moral e socialmente responsáveis pelas nossas Crianças e não é apenas o Estado que tem obrigações. Numa sociedade participativa, empenhada, viva e com alma, todos temos as nossas responsabilidades – família, escola, meios de informação, meios de comunicação social, diferentes instituições e organizações da sociedade civil

Citando o saudoso Prof. Torrado da Silva com a sua exortação "Que o século XXI seja o Século da Criança...", Manuela Eanes terminou a sua intervenção convidando as personalidades presentes a expressarem-se.

Foi no novo Auditório da Assembleia da República que teve lugar a Conferência Europeia em que se debateu a situação de Portugal e da Europa. Portugal esteve representado ao mais alto nível: o Presidente da República, Jorge Sampaio, o presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, a ministra da Justiça, Celeste Cardona, a secretária de Estado da Segurança Social, Teresa Caeiro, e o secretário de Estado da Justiça, Miguel Macedo, entre outras personalidades de relevo a nível nacional e internacional.

INFLUÊNCIA

DAS NOVAS TECNOLOGIAS

"A Conferência Europeia de hoje vai permitir decerto conclusões interessantes sobre a dimensão do problema, aquilo que se está fazendo para o enfrentar, o muito que falta ainda fazer", começou por dizer o presidente da Assembleia da República.

"A abolição de fronteiras no espaço da União Europeia tornou o fenómeno em causa absolutamente internacional. As novas tecnologias de comunicação têm permitido, neste como em muitos outros casos, facilidades imensas ao crime e até novas formas de criminalidade, como seja o nojento comércio da pornografia infantil, através da Internet, observou Mota Amaral. "A exploração sexual de crianças leva muitas vezes ao seu desaparecimento e morte; mas parece haver também casos de rapto de crianças para lhe serem extraídos órgãos, que depois são vendidos num comércio repugnante e digno da maior censura", salientou o presidente da Assembleia da República.

IMPÕE-SE HOMENAGEAR AS INSTITUIÇÕES

"Merece todo o meu apreço esta Conferência Europeia promovida pelo IAC. Não tanto por se realizar num momento de extrema sensibilidade aos problemas das crianças maltratadas, mas sobretudo por duas outras razões: porque esses problemas não suscitaram, no passado, a devida atenção; e porque se impõe homenagear as instituições que – ao longo dos anos e apesar de todas as limitações – procuraram atenuar tão grave chaga social", disse o Presidente da República na sua intervenção.

"Torna-se indispensável (...) não só o estreitamento da articulação entre o poder judicial e as Comissões de Crianças e Jovens, mas também a delegação de competências em entidades locais – de proximidade – que possam tomar decisões imediatas, embora sujeitas a confirmação, perante situações de maus tratos, de abandono ou de carência económico-social inaceitável", referiu ainda Jorge Sampaio, que salientou depois: "Relativamente ao desaparecimento de cri-



JOSÉ BRITO SOARES, TERESA SCHMIDBURG

anças – que atinge, pela negativa, o âmago da sensibilidade humana – impõe-se garantir às suas famílias o apoio psicológico necessário e o direito às suas informações regulares prestadas pelas instituições policiais e por outras entidades envolvidas. Sabemos que as exigências da investigação policial e judicial podem implicar limitações à prestação de informações; nada, porém, justifica a utilização desse argumento para se agravar ainda mais o sofrimento das famílias atingidas pelo drama do desaparecimento. Mais do que isso: importa fazer tudo o que for possível para a facilitação das comunicações consideradas necessárias por essas famílias e para o andamento acelerado dos processos."

SITUAÇÃO NA EUROPA E EM PORTUGAL

No decorrer da Conferência Europeia a representante do comissário Europeu dos Assuntos Internos e Justiça, Alexandra Jour-Schröder, e a secretária-geral da Federação Europeia das Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente, que acumula com a função de directora internacional das Operações da ONG belga Child Focus, Tessa Schmidburg, abordaram a situação na Europa, enquanto a procuradora da República no Tribunal de Família e Menores de Lisboa e também presidente da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco, Dulce



O SÉCULO DA CRIANÇA



...RG, ALEXANDRA JOUR-SCHRÖDER E ALEXANDRA SIMÕES

Rocha, e a professora de Direito Penal da Faculdade de Coimbra, Maria João Antunes, se referiram à situação portuguesa.

A sessão de encerramento, em que esteve presente a direcção do IAC, contou com a participação do juiz conselheiro Armando Leandro e do secretário de Estado da Justiça, Miguel Macedo.

UMA PALAVRA DE ESPERANÇA

Enquanto vice-presidente do IAC, Coelho Antunes realçou: "A primeira palavra é uma palavra de esperança. Esperança no sentido de conseguirmos ultrapassar determinados problemas e por outro lado também passar para a opinião pública, para a Comunidade, que o desaparecimento e a exploração sexual das Crianças vai ser, é, um problema nosso, de todos nós e que a pouco e pouco temos que o resolver com serenidade e com calma. Uma outra palavra é solidariedade entre as organizações, o trabalho em rede, entre organizações públicas e privadas. A terceira palavra é uma palavra de agradecimento a todas as entidades que responderam ao inquérito."

A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE E DA QUALIDADE

"A ética da Responsabilidade e da Qualidade exige-nos que utilizemos a favor da pessoa, da criança, todas as aquisições técnicas, científicas

e culturais ao nosso dispor e a Maturidade de nos pormos em causa individual e colectivamente para estabelecermos objetivos, metodologias e estratégias de intervenção. (...) Estamos incluídos numa organização regional de muito interesse, a Europa, que tem responsabilidades grandes face a si próprio e face ao mundo. (...) Não podemos ter qualidade Humana se não tivermos qualidade na Infância. Unidos, não haverá impossíveis", salientou o juiz conselheiro Armando Leandro na sua intervenção.

REVISÃO DO CÓDIGO PENAL

"O desaparecimento e a exploração sexual de crianças é um crime abjecto, com o qual não podemos condescender e ao qual devemos dar luta sem tréguas e sem hesitações para que não possam ser confundidas com cobardia. Temos, pois, todos, o dever de agir. O Estado, porque tem responsabilidades próprias e indeclináveis, na legislação, na investigação criminal e na protecção dos menores", referiu o secretário de Estado da Justiça, Miguel Macedo.

Situando o problema em Portugal, salientou que os dados estatísticos sobre a criminalidade registada, no que diz respeito ao tráfico de menores e abusos sexuais de crianças, "revelam-se relativamente baixos, não reflectindo, porventura, a sua ocorrência real, uma vez que, de acordo com dados de organizações internacionais, este tipo de criminalidade tem vindo a apresentar um crescimento global e de carácter transnacional".

Adiantou, por outro lado, que se encontra-se em curso um debate sobre a revisão do Código Penal, que inclui uma alteração dos crimes contra a autodeterminação sexual. "Com esta revisão pretende-se, por um lado, actualizar a resposta do direito criminal a estas condutas e, por outro, dar cumprimento a imposições internacionais e comunitárias com impacto no Código Penal."



EM JEITO DE BALANÇO...

O Instituto de Apoio à Criança promoveu e dinamizou no dia 9 de Outubro de 2003 um espaço de informação e reflexão subordinada ao tema do Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças, no qual se analisou a situação na Europa e em Portugal.

Num tempo em que as fronteiras se esbatem e os problemas são transversais aos diferentes países, a discussão dos problemas sociais tem de ser partilhada com todos aqueles que neles intervêm, ou são responsáveis pela elaboração das políticas. A partir da participação no projecto de constituição de um Directório Internacional das Organizações a intervir nestas áreas, o IAC reuniu as ONG que responderam ao questionário assim como as autoridades oficiais e as entidades públicas.

Se por um lado foi e é importante fomentar o contacto entre as ONG de modo a possibilitar uma colaboração mais estreita, partilhando conceitos e metodologias de trabalho. Por outro é igualmente importante estimular a articulação entre as autoridades públicas e particulares, num esforço conjunto



COELHO ANTUNES, MIGUEL MACEDO, MANUELA EANES E ARMANDO LEANDRO

de rentabilizar recursos e aumentar a eficácia da intervenção.

Assim, o IAC procurou que esta Conferência Europeia fosse o ponto de partida para um olhar comum, estimulando o diálogo entre ONG e estas e as organizações públicas e com as autoridades oficiais. Temos consciência de que este é um primeiro passo, no qual o IAC tem uma responsabilidade acrescida, a nível de sensibilização da opinião pública, conscientização e formação dos técnicos e ainda a nível da promoção de uma maior aproximação entre todos os parceiros envolvidos.

Este foi o início de uma caminhada conjunta, em que conseguimos uma melhor compreensão do fenómeno, uma intervenção mais adequada e uma prevenção eficaz.

ENCONTRO DAPHNE & STOP

A organização do III Encontro coube ao IAC e trouxe 55 especialistas de 15 países da União Europeia e 4 candidatos, entre os quais um membro da Comissão Europeia, Jürgen-Merz, e o secretário-geral do Conselho da União Europeia, Marcel-André Chourry, cuja função, para além de acompanhar o desenrolar do estudo, é a de levar até aqueles órgãos decisivos as questões e preocupações levantadas no âmbito deste projecto.

A primeira manhã de trabalho reuniu apenas peritos académicos que, nacionalmente, acompanham o Programa, estando Portugal representado por Maria João Antunes, professora de Direito Penal da Universidade de Coimbra.

A tarde juntou os representantes das ONG e peritos legais, dedicando-se à apresentação dos relatórios nacionais de cada um dos 19 países intervenientes. Aqui, Portugal tomou, voz através

de Dulce Rocha, procuradora do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores de Lisboa, que apresentou a panorâmica nacional do ponto de vista do enquadramento legal e processual dos dois fenómenos.

De salientar, ainda, as preocupações do secretário-geral do Conselho da União Europeia, que questionou sobre o grau de inter-relação entre ONG e as forças policiais em cada país, e a intercomunicação internacional entre ONG, bem como a do representante da EUROPOL, Bruno Mens, que colocou a tónica na necessidade da existência de um protocolo entre as ONG e as forças policiais.

Foi também realçada a preocupação de não existir uma definição dos conceitos relacionados com os fenómenos de desaparecimento e exploração sexual.

-Em jeito de conclusão, foram apresentadas as recomendações que se "impõem": melhorar a cola-

boração entre ONG e forças policiais; estabelecer os limites de intervenção das Organizações da sociedade civil no âmbito da procura de Crianças desaparecidas; estabelecer parâmetros de qualidade para as ONG intervenientes; elaborar um código de conduta nacional para colaboração com as forças policiais; usar a informação recolhida como instrumento útil para nova legislação de combate ao fenómeno de Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças.